

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL – IPADES**

Destaques, novembro 2011

O Capitalismo Ocidental Fracassou?

Há vinte anos, a queda do Comunismo no Leste Europeu parecia provar o triunfo do capitalismo. Mas teria sido uma ilusão? O constante choque no sistema financeiro internacional nos últimos anos tem levado a um questionamento. O capitalismo ocidental fracassou.

Analistas econômicos não consideraram que o capitalismo fracassou, preferem falar de mercados abertos, aonde houve falhas de regulação, supervisão, gerenciamento da governança corporativa, gerencia de riscos e também na distribuição de papéis e responsabilidades para organizações econômicas internacionais, assim como, tolerância e até mesmo incentivos de governos.

O fracasso financeiro se espalhou imediatamente para a economia real. Algumas organizações internacionais viram a crise chegando. Algumas até emitiram avisos, mas não foram coordenados, e também não atendidos. Elas não falaram com uma única e forte voz, mesmo assim deveriam ter sido ouvidas. Foram ignorados na atmosfera de grande prosperidade onde todos faziam muito dinheiro, acreditavam que inovação era o nome do jogo e, por alertar que algo podia estar indo errado, você parecia estar travando o avanço do progresso. Havia ainda a filosofia de que os mercados precisavam funcionar com o mínimo possível de intervenção governamental. Mas isso não significa que ele podia trabalhar sem nenhuma intervenção ou esta ser tão leve que não poderia identificar riscos.

Não esqueçamos que no início de 2002 o governo dos Estados Unidos se propunha criar um país de proprietários numa economia desregulada, ideário do Partido Republicano. Por causa dos acontecimentos de 11 de setembro, o presidente Bush desfrutava de grande apoio popular e queria mantê-lo aquecendo a economia. A popularidade alta normalmente alimenta nos governantes a sensação de onisciência; esse estado de espírito é a origem de muitos desastros. Para a economia americana foi o período do *No Income, No Jobe, No Asset* (sem renda, sem emprego e sem ativos), mesmo nessas condições podiam se endividar.

O governo Bush teve participação ativa nessas condicionantes, recusou todos os avisos de que alguma coisa errada estava acontecendo. Fez mais, ameaçou demitir quem na burocracia avisou o perigo, chamou para dentro do governo quem deveria estar sendo investigado.

É importante emitir sinais claros de como lidar com o problema das dívidas sem sacrifício do crescimento e o desemprego, mas tendo como prioridade o desenvolvimento sustentável e não a sustentação do poder. O foco primário no contexto de uma estratégia de longo prazo para restaurar o crescimento sustentável deve ser nas reformas dos produtos e dos mercados de trabalho, como educação, inovação, crescimento verde, competição, impostos, saúde. Isto criará impostos e ajudará a combater a dívida. Também é necessária a "ênfase no social" e políticas inovadoras para proteger os mais vulneráveis.

O capitalismo ocidental não fracassou. A questão é como melhorar a fiscalização, balancear as economias de mercado e os governantes não quererem ser eternos. Wolfgang Schäuble, o ministro das Finanças alemão recentemente disse em um artigo que *"há um amplo consenso que mercados mais robustos, resistentes contra crises precisam de regulamentações mais duras"*. **As economias são importantes demais para serem deixadas apenas nas mãos das forças de mercado e dos interesses dos governantes. É um processo árduo que demanda boa governança, instituições nacionais e internacionais mais fortes, e uma sociedade mais atenta e participante.**

Defensivo Natural na Agricultura Brasileira

O Brasil precisa continuar a desenvolver sua própria tecnologia de controle biológico de pragas agrícolas para minimizar os danos econômicos causados por esses flagelos naturais ao setor no país.

O controle biológico de pragas – em que se utilizam insetos criados em massa em laboratório para combater predadores de plantas – é uma realidade no Brasil e demandou décadas de estudos para ser implementado e propagado pelo país e pela América Latina. Entretanto, por possuir grandes extensões de terra, a agricultura brasileira impõe desafios para a utilização da técnica por dificultar os levantamentos de amostragem de pragas de inimigos naturais.

Em função disso, o país não pode recorrer a tecnologias de controle biológico desenvolvidas nos países da Europa, por exemplo, onde o controle biológico é realizado em casas de vegetação – estruturas semelhantes a estufas que possuem condições adaptadas para o cultivo – mas deve procurar desenvolver tecnologias próprias adaptadas às suas extensas áreas agrícolas. Mas para isso é preciso continuar desenvolvendo uma tecnologia própria de controle biológico, à semelhança da agricultura do Brasil, e utilizar a biodiversidade brasileira, que é pouco conhecida e explorada para essa finalidade.

O manejo integrado de pragas no Brasil foi iniciado na década de 1960 com a soja, em que se passou a utilizar o controle biológico ou feromônios para levantamentos de amostragem de pragas e inimigos naturais. Hoje, 300 mil hectares de soja e oito milhões de hectares de cana-de-açúcar no Brasil são controlados biologicamente. O que representa um dos maiores programas de controle biológico no mundo. Quase metade das pragas aéreas da cana-de-açúcar no Brasil é controlada biologicamente. Isso é um número impressionante que coloca o Brasil na liderança na América Latina e em igualdade de condições aos países mais desenvolvidos do mundo em relação a esse quesito.

Um dos exemplos bem-sucedidos de combate de pragas por controle biológico no Brasil realizado pelo professor José Roberto Postali Parra, da Esalq USP e seu grupo de pesquisadores foi a do minador dos citros, que surgiu nas plantações de laranja no Estado de São Paulo em 1996. Por meio do desenvolvimento de uma técnica de criação da vespa *Cotesia flavipes*, trazida da Flórida, nos Estados Unidos, e que parasita os ovos do minador de citros, os pesquisadores conseguiram inverter a tendência de aumento populacional do inseto, aumentando o número de parasitas. A introdução desse inseto resultou em uma redução do prejuízo causado por essa praga nas colheitas de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo de US\$ 100 milhões para US\$ 20 milhões.

O Brasil tem hoje potencial para aplicação do controle biológico de pragas nas culturas de milho, algodão, eucalipto, sorgo sacarino, hortaliças e soja. Essa tecnologia é uma realidade que precisa ser intensificada, e a pesquisa ampliada para outras culturas.

Meta de Inflação à Gosto do Governo?

A hiperinflação vivida pelos brasileiros foi contida pelo plano de estabilização econômica implantado no Brasil em julho de 1994 e conhecido como Plano Real, que se mostrou eficaz no controle da inflação, reduzindo-a de um patamar de 46,58% ao mês em junho de 1994 a impressionantes 2,62% um ano depois. O controle da inflação, no entanto, continua a não estar associado a um controle fiscal, ou seja, o controle da inflação continua a depender fortemente de uma moeda forte.

Esta para ter credibilidade deve possuir uma dessas âncoras: economia forte e desenvolvida; estar atrelada a uma moeda forte (normalmente o dólar); o país trabalhar com metas de inflação. **O Real surgiu amparado na paridade com o Dólar. Com a crise asiática, em 1999, essa âncora foi substituída pelas metas de inflação, o que contribuiu para a estabilidade monetária. Não esqueçamos que ela é um projeto vivenciado e apoiado pelos brasileiros.** A meta de inflação pode ser explícita, como no Brasil, estipulada em 4,5% ao ano. Os Estados Unidos e na Europa usam a meta de inflação implícita com taxa de 2% ao ano.

No Brasil a inflação sempre foi uma ferramenta de injustiça social, tirando dos pobres seus poucos recursos com o imposto inflacionário, que pouco lhes dava em troca. O Plano Real acabou com essa maldade.

Não se pode esconder que do lançamento do Real até hoje, a economia brasileira cresceu e projetou ainda mais o país no cenário internacional, contudo a estabilidade monetária ainda necessita do rigoroso cumprimento das metas de inflação, isto porque o controle fiscal continua apenas nos discursos.

A mudança de rota do Banco Central quanto à política de juros — ilustrada por dois cortes de 0,5% na Taxa Selic, de 12,50% (taxa vigente em julho/2011) para 11,50% (taxa estabelecida em 19.10.2011) ao ano — criou um ambiente tão incerto quanto os rumos da economia mundial. Para os especialistas se o BC der continuidade ao ciclo de afrouxamento monetário, a projeção para a inflação de 2012 deverá aumentar ainda mais. Já o BC se apóia em dois argumentos para suas decisões: a) a crise econômica internacional tendo como epicentro a zona do euro; b) uma proposta do governo de cortar gastos.

No governo Dilma o que estamos assistindo é uma política macroeconômica que alguns rotulariam de “desenvolvimentista” em contraposição a uma orientação que

poderia ser chamada de “ortodoxa” (na área monetária, não tanto na área fiscal) dos governos FHC e Lula. O desenvolvimentismo do governo do presidente Juscelino Kubitschek já se conhece! O da presidente Dilma, a conferir.

Para a Europa e os Estados Unidos esgotada a munição convencional na atual crise, a idéia seria viver com um pouco mais de inflação. Usá-la para corroer a dívida de famílias e governos. De quebra, tentar estabilizar os preços dos imóveis nos países ricos. A inflação acumulada em 12 meses nos EUA bateu em 3,9% em setembro. Há um ano, era de 1,1%. Em tempos normais, algo acima de 2% provocaria reação do Fed (o BC dos EUA). Na zona do euro, os preços anualizados até setembro subiram 3% (1,9% há um ano).

A tensa harmonia entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central, ou a subordinação do BC ao Ministério da Fazenda, não conduz à perfeita coordenação entre as políticas fiscal e monetária. Estas quando derivadas de um único comando na economia, significam a fórmula mais adequada — em teoria — para se obter um máximo desempenho. Em 2011, foi visto uma maior coordenação entre os pólos da política econômica, mas a grande dúvida é saber qual será o comportamento do Banco Central se a lição de casa do Tesouro não for cumprida, e ainda assim a inflação teimar em não ceder. E mais, a atual complacência dos países ricos com os preços complica essa estratégia negando a hipótese do cenário econômico internacional, ou seja, o desenvolvimentismo dos países ricos não ajuda o desenvolvimentismo do Brasil emergente.

Mato Grosso no Topo da Produção Nacional

O Estado de Mato Grosso segue, este ano, líder absoluto na produção nacional de grãos e fibras da safra 2010/11. **Conforme dados levantados pelo IBGE através do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, monitoramento mensal do órgão, o Estado é líder na safra atual ao contabilizar 31,16 milhões de toneladas, volume que corresponde a 19,6% do total nacional projetado em 159 milhões de toneladas.**

O Estado é líder nacional na produção de algodão, soja e milho segunda safra. Com a produção de pluma de algodão, Mato Grosso deve colher 934,8 mil toneladas, volume que representa alta de 60% em relação à safra passada. Na comparação com a produção do Centro-Oeste e do Brasil, a cotonicultura mato-grossense representará

78% e 47%, respectivamente. Em relação aos demais grãos os dados do IBGE são: soja, 20,82 milhões de toneladas; milho segunda safra, ou milho safrinha, 7,32 milhões, de toneladas; arroz, 651,9 mil toneladas.

Na pecuária, as exportações de carne bovina atingiram no terceiro trimestre de 2011, 31,7 milhões de toneladas. A receita obtida foi de US\$ 186,4 milhões, com o preço médio da tonelada passando de US\$ 5.171 para US\$ 5.875, segundo dados do IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária.

Considerando-se que na década de 1970, Mato Grosso tinha sua economia agropecuária pautada numa pecuária extensiva de baixíssima produtividade e sua agricultura não ultrapassava o nível da subsistência; houve uma verdadeira revolução nesses setores. **“Revolução” que contou com dois “Generais” importantes, a tecnologia colocada a serviço da modernização da produção e as políticas públicas setoriais capazes de atrair investimentos e empreendedores para o Estado. Mato grosso é um bom exemplo para os estados amazônicos: produz nos biomas, Cerrado e Floresta Tropical Úmida.**

Ciência de Ponta Busca Soluções Para Doenças Tropicais Negligenciadas

A ciência tem muito a avançar no que diz respeito a tratar as doenças que afetam 20% da população nas regiões mais pobres do planeta. Enfermidades como a malária, a leishmaniose e a doença de Chagas são conhecidas como doenças tropicais negligenciadas, já que a maior parte dos países pouco desenvolvidos está nos trópicos. Mas na verdade estão associadas à falta de recursos econômicos, ao acesso sanitário precário e ao mau atendimento da saúde: mesmo em regiões tropicais, só existem onde há pobreza. Óbvio que combater essas doenças é ultrapassar a ciência e atacar as injustiças irremediáveis dos nossos tempos, ou seja, minorar os estados das doenças tropicais negligenciadas é uma intervenção para promover mudança social.

Empresas farmacêuticas não estão interessadas e poucas pessoas acabam trabalhando com essas doenças. Mas o *Trypanosoma*, parasita causador da doença de Chagas, não ocorre apenas em países da América do Sul, mas também na África, Europa, Ásia e mesmo nos Estados Unidos. Ou seja, doenças como essas não são mais problemas apenas dos países mais pobres, mas também dos mais ricos.

No campo estritamente farmacêutico, boa parte dos medicamentos em uso ainda hoje foi desenvolvida antes de 1950, quando os colonizadores europeus na África tinham motivos de sobrevivência própria para combater as doenças. O resultado do fim do período colonial é um arsenal antigo e extremamente limitado de fármacos, que se renovou pouco. Nas últimas décadas, o imenso investimento financeiro pela indústria farmacêutica no desenvolvimento de novas drogas não teve impacto expressivo para minorar o sofrimento das populações desfavorecidas. Por outro lado, mesmo que ainda chegue pouco à prática, à compreensão bioquímica das doenças teve avanços imensos da segunda metade do século XX até hoje.

A partir do conhecimento básico dos organismos e das proteínas que causam as enfermidades, é possível localizar os alvos e encontrar moléculas para bloquear os receptores. Um exemplo é a doença de Chagas: endêmica na América Latina causa 43 mil mortes por ano entre os 18 milhões de infectados e atualmente sendo um problema de saúde pública no Pará. E não há tratamento eficaz. Uma abordagem é procurar, na biodiversidade brasileira, moléculas que possam gerar um novo fármaco. Com modelos da estrutura de receptores-alvo na membrana do parasita ou das células do hospedeiro, os pesquisadores hoje sabem exatamente as propriedades necessárias num composto que inative esse receptor. É como um quebra-cabeça em que se procura numa montanha de pequenas peças, uma que tenha, num lado, uma protuberância arredondada e reentrâncias em outros três, por exemplo.

Outro avanço importante é o seqüenciamento do genoma do *Trypanosoma cruzi* e de outros tripanossomos, em 2005, que forneceu instrumentos importantes para que possamos atingir o controle de doenças como a de Chagas, principalmente no sentido do desenvolvimento de novas drogas. Entretanto, há muitos desafios a serem superados, devido à biologia complexa e ainda desconhecida desses parasitas.

Há urgência por um medicamento novo contra a doença de Chagas. Um alvo possível é a cruzaina, uma proteína importante em todo o ciclo de vida do parasita. Vários inibidores dessa proteína já estão descritos na literatura, mas até agora nenhum deu origem a um medicamento que possa entrar em uso disseminado. O mesmo vale para outras doenças, como tuberculose e malária.

Aumento da Demanda de Alimentos e a Preservação Ambiental Dependem da Modernização da Agricultura

Neste ano em que a população mundial alcança sete bilhões de pessoas, e além desse desafio tem-se também o aumento do consumo dos biocombustíveis. Assim, a agricultura deve combinar o uso de uma gama de tecnologias capazes de promover o aumento da produtividade agrícola sem comprometer os recursos naturais. **É a chamada agricultura de baixo carbono, que promove a utilização de práticas como o plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta, fixação biológica de nutrientes, controle biológico de pragas, entre outros.** Isto porque a intensificação sustentável de produção de alimentos e biocombustíveis é um dos maiores desafios deste século.

O Brasil ocupa um dos primeiros lugares na exportação de alimentos como soja, carne bovina e biocombustível. Em contraponto a esse sucesso econômico, houve aumento de pressão sobre o meio ambiente, o que resultou em erosão do solo, contaminação dos rios e perda da biodiversidade. **A reforma do Código Florestal sem vieses ideológicos ou só de lucros é uma oportunidade para prever medidas que promovam o crescimento da produção de alimentos e biocombustíveis a partir de processos sustentáveis, em harmonia com o meio ambiente.**

Se ofertado aos produtores, inovações tecnológicas – mecanização, boas sementes, fertilizantes, irrigação, conservação do solo, entre outras – capazes de aumentar de três a quatro vezes o que produzem hoje, eles podem manter áreas de reserva legal em suas propriedades. **A agricultura hoje deve combinar o uso de uma gama de tecnologias capazes de promover o aumento da produtividade agrícola sem comprometer os recursos naturais. Não é mais possível o uso da agricultura extensiva ou da modernização apenas no aspecto econômico. Tecnologia, gestão e políticas direcionadas para produtividade e preservação ambiental são indispensáveis**